

# POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PROGRAMA TERRAFORTE

Caio LuisChiariello – UFGD<sup>1</sup>  
Sylvia Iasulaitis – UFG<sup>2</sup>  
GT 5 – Sociedade Civil e Políticas Públicas

## I - INTRODUÇÃO

A partir do início da década de 1990, o surgimento de empreendimentos populares baseados na livre associação e no trabalho coletivo suscitou intensa investigação acerca da natureza de sua gestão. Esses empreendimentos indicaram a junção de duas noções historicamente dissociadas - economia e solidariedade - sugerindo a inserção do elemento solidário no centro de suas atividades e relações econômicas (FRANÇA FILHO, 2002). Representaram, também, a resistência dos trabalhadores ao processo de precarização das condições de trabalho resultante da aplicação do receituário neoliberal em diversos países (ANTUNES, 2001). Diante desse quadro, no Brasil, um expressivo número de trabalhadores passou a se organizar democrática e igualitariamente em empreendimentos econômicos solidários, nos meios urbano e rural. Esses empreendimentos, observados inicialmente como lócus de assistencialismo, mostraram potencial para “revigorar as energias de setores populares excluídos, de emancipação e apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais” (EID *et al*, 2001, p.16). A disposição desses trabalhadores em desenvolver suas potencialidades enquanto agentes da produção, organizadores e planejadores do processo produtivo e do processo de trabalho, conforme França Filho (2002), é motivada pela possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade, por meio da ideia da economia solidária.

Em um empreendimento de economia solidária, a forma da propriedade dos meios de produção pode ser coletiva por decisão dos próprios trabalhadores. A propensão à gestão coletiva se estende ao poder decisório sobre quais produtos e em que quantidade serão produzidos. Para Singer (1999), a reflexão sobre a autogestão é tão antiga quanto a história do próprio capitalismo. Contribuições teóricas de autores latino-americanos (SINGER, 2002; GAIGER, 2006; CORAGGIO, 2003), levam à reflexão de que um dos

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em Engenharia de Produção (UFSCar). E-mail: caiochiariello@ufgd.edu.br

<sup>2</sup> Professora titular da Universidade Federal de Goiás da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutora em Ciência Política (UFSCar), com estágio doutoral na Universidad Complutense de Madrid; foi pesquisadora em mobilidade no CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Email: siasulaitis@hotmail.com.

maiores desafios da economia solidária é ampliar a dimensão dos empreendimentos solidários e tecer entre eles uma rede consistente de intercooperação. Para tanto, a arquitetura da gestão destes empreendimentos se relaciona com a abrangência da produção e a internalização do desenvolvimento das suas forças produtivas. Portanto, tais empreendimentos solidários exigem respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de investimento, formação e assistência técnica e se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão e à busca por eficiência e viabilidade das atividades econômicas que realizam.

No entanto, usualmente descapitalizados, os empreendimentos solidários, em especial no meio rural, não conseguem modernizar e agregar valor à sua produção coletiva com recursos próprios ou com as taxas aplicadas pelo mercado. Para além desse entrave econômico para a modernização dos empreendimentos coletivos, há que se destacar as dificuldades no processo de comercialização nos empreendimentos solidários, especialmente quando lidam com os canais de distribuição em um mercado monopolista e monopsônico. Neste cenário, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que tenham a capacidade de dar suporte tanto para o desenvolvimento de atividades produtivas no interior dos empreendimentos, com o fornecimento de subsídios e melhores condições de acesso às tecnologias, bem como para as atividades de gestão, oferecendo formação via instrução para planejamento e controle da produção e, especialmente, para o relacionamento com os canais de distribuição da produção dos empreendimentos solidários, assim como pela dinamização da inserção dos empreendimentos nos mercados local, regional e nacional, de modo que a agregação de valor permaneça nas mãos dos trabalhadores associados.

Cabe destacar que os recursos governamentais são escassos, de modo que, se entendermos política pública como aquilo que “o governo escolhe ou não fazer” (DYE, 1984 apud SOUZA, 2006) torna-se evidente que o desenvolvimento de políticas públicas guarda relação com a eleição de prioridades por parte de um governo, uma vez que, como afirma Lowi (1972 apud SOUZA, 2006), “a política pública faz a política”. A implementação de políticas públicas muitas vezes não obedece somente a critérios técnicos, mas sobretudo evidencia disputas ideológicas tanto no interior de um governo quanto entre grupos de interesses em uma sociedade que é plural e perpassada pelo confronto entre diferentes projetos políticos, concepções e interesses de grupos, cujas relações são, muitas vezes, marcadas por assimetrias de poder. Este cenário pode ser visualizado no meio rural que, marcado por diversidades econômicas e sociais, comporta

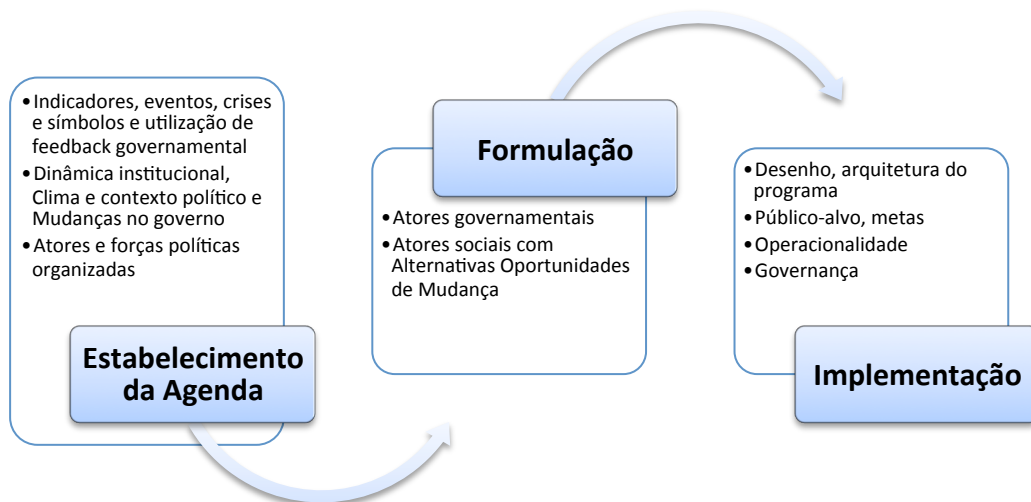
setores diferenciados que, numa sociedade democrática, perseguem seus direitos, expressam seus próprios interesses e demandam políticas públicas.

A agroindustrialização tem sido uma das demandas reivindicadas por setores ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. A agroindustrialização é a transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos complexos. A agroindustrialização nas zonas rurais permite aumentar e reter o valor agregado da produção por meio da execução de tarefas de pós-produção, como a seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, empacotamento, transporte e comercialização de produtos agropecuários (ALMEIDA et al., 2008).

As agroindústrias rurais de agricultores familiares, onde se incluem os assentados de reforma agrária, são estratégicas para o desenvolvimento rural, para a agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e a superação de diversos problemas encontrados na comercialização dos produtos agropecuários, uma vez que ligam os espaços de produção ao de consumo alimentar (MIOR, 2010). É neste sentido que este artigo tem por objetivo realizar uma análise do processo de definição, formulação e implementação de uma das mais destacadas políticas públicas direcionada aos empreendimentos solidários, o Terra Forte, que consiste em um programa federal de agroindustrialização familiar, que visa financiar a implantação e a modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária, especialmente em cooperativas populares que utilizam trabalho associado. Buscaremos avaliar o intuito para o qual esta política pública foi desenhada, a trajetória seguida, o papel de atores, grupos e instituições envolvidos na decisão e afetados pela mesma e os potenciais efeitos da arquitetura adotada.

Do ponto de vista metodológico, adotamos o modelo de análise de *MultipleStreams* (KINGDON, 2003), com uma adaptação própria aos nossos propósitos, a partir de uma abordagem sequencial dessa política pública, analisando os processos de (1) estabelecimento da agenda, (2) das alternativas e opções escolhidas para a formulação da política pública e, finalmente, (3) de implementação da decisão. As dimensões e categorias de análise são apresentadas no Modelo de Análise:

Figura 1. Modelo de Análise



Fonte: elaboração própria

Embora seja de fundamental importância analisar os aspectos racionais e procedimentais que envolvem a definição e a implementação de uma política pública, para compreendê-la em sua essência, a mesma deve ser analisada considerando um embate em torno de ideias e interesses: por um lado, os aspectos conflituosos que cercam as decisões dos governos, por outro, as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006). Em relação às técnicas de pesquisa empregadas foram coletados materiais institucionais (editais, atos oficiais, regimentos, etc.) que foram submetidos a uma análise documental, bem como foram analisados discursos e entrevistas com agentes de governo, instituições e movimentos sociais.

## II - A DEFINIÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NA AGENDA GOVERNAMENTAL

O primeiro aspecto a ser investigado nesse estudo é como o tema do investimento em empreendimentos coletivos de agroindustrialização familiar em assentamentos agrários ascendeu à agenda de políticas governamentais (*agenda-setting*) do governo Dilma Rousseff e posteriormente compôs sua agenda decisional, se efetivando como uma política pública.

A agenda governamental é o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e atores ligados a ele concentram sua atenção num determinado momento. Uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos

formuladores de políticas e compõe a agenda decisional, quando passa a ser uma questão pronta para uma decisão ativa dos formuladores de políticas, ou seja, prestes a se tornar política (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2006). Nesses estágios pré-decisórios de formação da agenda e das alternativas para a formulação das políticas, alguns mecanismos podem influenciar com que questões sejam bem-sucedidas no caminho até a agenda governamental, a partir da confluência entre os fluxos de questões e problemas, de políticas e de soluções, bem como pelos atores envolvidos nesse processo.

No caso das ações para fomento à agroindustrialização familiar em assentamentos de reforma agrária, chamamos atenção inicialmente para os seguintes fatores: os indicadores, os eventos, crises e símbolos e o *feedback* das ações governamentais. Os *indicadores* que, embora não determinem por si só a existência concreta de um problema, são interpretações que auxiliam a demonstrar a existência de uma questão e de uma situação que precisa de atenção, principalmente quando revelam dados quantitativos (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2006).

O setor agrícola brasileiro é marcado por uma disputa entre agricultura empresarial e agricultura familiar. Esta abordagem dualista foi, inclusive, institucionalizada em 1998, durante a segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, incumbido da agricultura familiar, e a manutenção do MAPA – Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação, responsável pelo apoio à agricultura patronal. Tal medida “apenas cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura a duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada [...]. Uma agricultura capitalista competitiva e provedora de divisas (qualificada de agronegócio por referência ao *agribusiness* americano) e uma agricultura familiar associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte” (SABOURIN, 2007, p. 718).

Os dados do ano 2000 (FAO-Incra, 2000) já davam conta das disparidades: enquanto a agricultura familiar, com 4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola) era administrada pelo pequeno MDA, a agricultura empresarial, com 550.000 estabelecimentos, ou seja 12% do total para 70% das terras agrícolas, pelo potente MAPA, com recursos fortemente desproporcionais, uma vez que a agricultura familiar representava apenas de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal (SABOURIN, 2007). Neste contexto, ambos os setores buscam acionar mais diversos indicadores para dar credibilidade a seus discursos e contribuir na persecução de seus

propósitos. Emblemáticas foram as disputas em torno das interpretações dos dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As tabulações oficiais relativas à Agricultura Familiar no Brasil deram conta da existência de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (ou 84,4% do total nacional), responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária, por 74,4% do total das ocupações rurais e pela maior parte da produção dos principais alimentos da mesa dos brasileiros, ainda que ocupando apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos do país.

Os dados apresentados foram questionados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - CNA, entidade sindical representativa do setor patronal rural, que contrapôs essas estatísticas com outro estudo com orientação metodológica diversa, realizado pela Fundação Getúlio Vargas/ Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE), no qual se questionou a importância econômica e social da agricultura familiar dada pela pesquisa oficial e se recomendou a alteração dos critérios para acesso às políticas públicas direcionadas à produção agropecuária.

Outro embate em torno de indicadores verificou-se na ocasião da publicação do Censo Agropecuário de 1996, estudo acusado de “transmitir uma imagem falsa e politicamente construída da realidade agrícola do país” (SABOURIN, p. 719), daquela vez por reduzir a importância da produção familiar, não levar em conta fatores como o autoconsumo, o intraconsumo e a distribuição não mercantil e não monetária, não registrar as estruturas muito pequenas de minifúndio, dentre outros fatores. “À visão falsa de uma agricultura familiar descrita como um setor pouco produtivo, limitado ao abastecimento do mercado local, pode-se opor o fato de que produz bem mais do que a agricultura patronal por hectare cultivado, e que ocupa sete vezes mais mão-de-obra”. Neste contexto, pode-se constatar que, embora se identifique que os investimentos ainda sejam fortemente desproporcionais, o embate em torno dos indicadores, a partir dos dados oficiais e das pesquisas acadêmicas, tem feito com que a Agricultura Familiar cresça em importância, contribuindo para que temas como a agroindustrialização familiar emplaquem na agenda governamental.

Outro mecanismo que influencia a inserção de um tema na agenda governamental são *os eventos, as crises e os símbolos*, que concentram a atenção da sociedade, da mídia e dos tomadores de decisões num determinado assunto (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2006). Neste sentido, convém destacar manifestações como a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, conhecida por “Abril Vermelho”, ocorrida em 2012, ano anterior à

implantação do Programa Terra Forte. Após a decisão do governo em contingenciar quase 70% das verbas do custeio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se intensificou a já usual onda de protestos que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) promove no mês de abril, justamente para lembrar e pedir justiça pelas 21 vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará em 1996, e reivindicar mais recursos para a reforma agrária. Em represália ao corte de verbas, as ações do Abril Vermelho foram intensificadas, com uma série de protestos, ocupações de edifícios públicos, de terras e estradas e com a criação de acampamentos, simultaneamente em 15 estados.

Outro elemento que pareceu ter influenciado para a entrada do tema agroindustrialização familiar na agenda governamental consistiu no *feedback* sobre outros programas governamentais de apoio à agricultura familiar em desenvolvimento no governo, que estavam gerando resultados positivos e acabaram por culminar, inclusive, no fato do Brasil sair do Mapa da Fome das Nações Unidas, o que foi apontado no relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O relatório mostrou que o Indicador de Prevalência de Subalimentação atingiu nível menor que 5% no Brasil, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome, e que entre 2002 e 2013 caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação.

O Brasil foi destaque no “Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo” na sua estratégia de combate à fome e de redução expressiva da desnutrição e subalimentação pelos seguintes aspectos: aumento da oferta de alimentos; aumento da renda dos mais pobres; programa Bolsa Família; merenda escolar e criação de Conselhos. Com especial destaque foi citado o fortalecimento da agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que disponibiliza linhas de crédito para agricultores familiares e assentados da reforma agrária; a reconstrução do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); a promoção da autonomia das mulheres rurais, desenvolvimento territorial e de acesso à terra; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilita aos agricultores familiares a venda de seus produtos para o governo e o PNAE, que ampliou ainda mais a venda dos agricultores familiares para o mercado institucional por meio de uma lei que estabeleceu que os estados e municípios devem aplicar ao menos 30% dos recursos da alimentação escolar na aquisição de alimentos da agricultura familiar, dentre outras ações.

The innovative Family Farming Food Procurement Programme, launched in 2003 as part of Zero Hunger, purchases food directly from family farmers and donates it to institutions serving vulnerable populations, or uses it to replenish government stocks. By guaranteeing a market for small family farmers, the programme contributes to poverty alleviation in rural areas – nearly half of participating farmers are poor. [...] Such linkages between social protection policies and measures to support family farmers characterize the policy mix in Brazil. In 2009, the National School Meals Programme adopted a policy of requiring public schools to allocate at least 30 percent of food expenditures to direct purchases from family farmers. [...] These investments in family farming have had a significant impact. (FAO, IFAD and WFP. 2014).

O *feedback* desses programas governamentais de combate à fome e à pobreza serviu de incentivo para investimento em outros programas como o de agroindustrialização familiar. Além desses elementos que influenciaram na entrada do tema agroindustrialização familiar no processo altamente competitivo de *agenda-setting*, é preciso dar destaque para o fluxo e a dimensão da política propriamente dita, em especial elementos como o clima político e as mudanças dentro do próprio governo, bem como as forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão.

Para trazer à análise os indicadores do clima político e das mudanças de governo e de gestão, é salutar a realização de uma breve retrospectiva. Historicamente relegada pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária, a pequena propriedade, sobreviveram em meio à competição com condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (CARNEIRO, 1997).

Embora mantendo grandes investimentos no agronegócio, Lula, que em matéria de agricultura e de desenvolvimento rural foi eleito na base de programas de reforma agrária, defesa da agricultura familiar e de luta contra a pobreza no campo, em 2003 deu início a uma série de políticas públicas, tanto instituindo programas inovadores, como é o caso do desenvolvimento territorial (PDSTR), da compra direta (PAA) e do biodiesel (PNPB), quanto intensificando e ampliando políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (SABOURIN, 2007). As diretrizes do Pronaf têm como referência experiências europeias, principalmente da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou no pós-guerra a modernização da produção agrícola e da sociedade rural. E no atinente à reforma agrária, embora aquém das expectativas dos movimentos sociais, os dois governos de Lula promoveram o assentamento de famílias.



Tão logo assumiu seu primeiro mandato, já o primeiro ano da gestão de Dilma Rousseff deu mostras de que seu governo não pretendia priorizar a política de distribuição de terras. A marca do seu primeiro ano de mandato foi sintomática, pois revelou o pior desempenho na execução da reforma agrária desde o governo de FHC em 1994. Dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra revelaram que apenas 21,9 mil famílias foram assentadas no primeiro ano do governo Dilma; registraram, ainda, uma queda no número de assentamentos em 68,6% e de famílias assentadas em 67,2% nos dois primeiros anos do mandato da presidenta Dilma em comparação aos dois primeiros anos de governo de Lula. Para agravar ainda mais o quadro, o orçamento para a execução da Reforma Agrária foi reduzido.

O governo Dilma justificou essa retração como parte de uma nova configuração que pretendia dar para a reforma agrária no país, fazendo uma opção pela estruturação e desenvolvimento dos assentamentos já existentes ao invés da criação de novos. Esta opção foi comentada pelo então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, quando utilizou o termo pejorativo de “favelas rurais”, que inclusive foi alvo de críticas:

Há realmente uma tensão entre os movimentos de trabalhadores rurais e o governo, uma vez que eles nos criticam pelo baixo índice de assentados desde o início do governo Dilma. Infelizmente no Brasil nós temos muitos assentamentos que se tornaram quase que favelas rurais, com abandono da terra, com desvios de finalidade e assim por diante. [...] Foi por isso que a presidenta Dilma fez uma espécie de freio no processo, para repensamento desta questão da reforma agrária, para pensar no tipo de assentamento que a gente promove. Nós não podemos mais fazer assentamento em terras que não tenham condições de efetivamente permitir o desenvolvimento de uma agricultura que tenha viabilidade naquela região. Não adianta a gente cometer a irresponsabilidade de distribuir muita terra e não permitir que o agricultor encontre na terra condições de sobreviver. É preciso que cada assentamento seja uma referência positiva de reforma agrária (Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em entrevista ao programa Bom Dia Ministro, em 07 de fevereiro de 2013).

É possível identificar, portanto, que havia um clima fértil para que temas que buscassem a estruturação de assentamentos agrários entrassem na agenda decisional, principalmente se representassem o fortalecimento de outras políticas governamentais. Neste sentido, avaliamos que o tema da agroindustrialização em assentamentos rurais entrou na agenda governamental vinculado ao programa de erradicação da miséria e da fome e no sentido de estruturar os assentamentos em especial para o atendimento de outras duas políticas do governo federal: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se baseiam na compra de produtos dos assentamentos.

Além do clima político e das mudanças de gestão e de governo, outro indicador que contribui decisivamente para a introdução de uma questão na agenda são *os atores envolvidos* nesse processo. Neste sentido, fundamental para a entrada do tema da agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária na agenda do governo foi a atuação de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, dado que foi confirmado por Gilberto Carvalho, então ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República:

Nós só estamos lançando esse programa porque houve de um lado um movimento, o MST, que foram, que pressionaram, que cobraram, que bateram à porta muitas vezes. Mas foi também essencial o que? A sensibilidade de gente do governo, orientadas pelo presidente Lula e agora pela presidenta Dilma, de abrimos o governo, de abrimos o Estado para essa gente (Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em pronunciamento oficial no lançamento do Programa Terra Forte, 04 de fevereiro de 2013).

Em débito com as políticas de reforma agrária, uma vez que o próprio programa de governo de Dilma apresentado na eleição para a sucessão presidencial de Lula fazia referência a “dar prosseguimento à reforma agrária em curso, com a ampliação do crédito e do apoio científico e tecnológico de organismos como a Embrapa”, o governo de Dilma não teve como aspecto fundamental para influência na agenda governamental seu programa de governo, confirmando o que Kingdon (2007, p. 64) aponta em seu modelo: “Nem sempre a plataforma eleitoral direciona as ações de um partido quando assume o poder. A plataforma é um dos muitos fóruns nos quais defensores da mudança nas políticas buscam conquistar audiência”. No entanto, há um peso em relação às promessas e compromissos assumidos com movimentos sociais e lideranças políticas. “Políticos podem se sentir forçados a cumprir com sua parte da barganha, e aqueles que lhe dão suporte desejam que mantenham suas promessas (Idem, p. 62).

Assim, o governo Dilma inseriu em sua agenda governamental o tema da agroindustrialização de maneira reativa, como forma de dar uma resposta à demanda dos próprios assentados, que não pretendiam mais desenvolver apenas uma agricultura de subsistência, bem como para diminuir as pressões dos movimentos sociais, que em 2012 foram bem mais contundentes em suas manifestações em comparação aos anos anteriores, e que tornaram a arrefecê-las após a implantação de alguns programas governamentais. Não

obstante, é importante destacar que o tema entrou na agenda dentro da nova perspectiva para o setor adotada pelo governo federal.

### **III - A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: O ENCONTRO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tendo o tema da agroindustrialização acessado a agenda governamental, verificou-se um novo momento do ciclo de políticas públicas, no qual se passou a considerar um conjunto de alternativas e soluções disponíveis visando à formulação de um programa governamental. Neste momento são escolhidos uma alternativa e um formato dentre várias possíveis soluções. A escolha de qual estratégia será utilizada depende de uma série de fatores, como a possibilidade de traduzir a alternativa ao problema na linguagem da ação pública; o relacionamento de autoridades com alguma das soluções proposta e a mobilização de atores chaves em favor da atividade a ser utilizada para conter a solução, uma vez que a formulação de uma política pública é o estágio no qual um governo democrático traduz seus propósitos em programas que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

O primeiro indicador trabalhado nesse fluxo é a influência de indivíduos nomeados pelo presidente nos altos escalões da burocracia governamental, como ministros e secretários-executivos de ministérios. De acordo com Kingdon (2003), além de inserirem novas ideias na agenda, esses atores podem ajudar a focalizar uma questão já existente. “A alta administração, de uma forma geral, é central ao processo de agenda-setting, embora, de forma semelhante à atuação presidencial, tenha menor controle sobre o processo de seleção de alternativas e de implementação”. Neste sentido, chamamos atenção para o papel central de um ator político que, após a presidenta Dilma receber o tema na agenda, conseguiu manejar recursos institucionais para a formulação da política de agroindustrialização familiar. Tratou-se do ocupante de um cargo chave na estrutura decisória, o ministro chefe da secretaria geral da presidência da república, Gilberto Carvalho que, por sua posição estratégica no governo e pelos recursos organizacionais e políticos dos quais dispunha, conseguiu dar início a um programa dotado de um caráter interministerial em diálogo com movimentos sociais.

A competência e o formato de um determinado programa são aspectos fundamentais para seu êxito. Como afirma Kingdon (2003), cada setor dentro do governo, sejam agências administrativas, sejam comitês parlamentares, reivindica autoridade para

atuar no seu campo de atividade. Muitas vezes uma questão envolve áreas distintas, gerando disputas sobre sua competência. Essas disputas podem levar a uma situação de imobilidade governamental”. Por isso o formato interministerial, sob a coordenação de um ministro chefe da Casa Civil, permitiu uma maior integração entre as esferas, núcleos governamentais e setores do executivo, garantindo a formulação de uma política pública integradora.

Este formato de formulação da política foi estratégico, uma vez que “sob a influência das agências multilaterais, as políticas públicas são concebidas de maneira segmentada, levando a uma disjunção entre políticas sociais e políticas produtivas contrária ao princípio tripartite do desenvolvimento sustentável (equilíbrio entre social, econômico e ambiental). Enfoques que reduzem o econômico ao princípio do acesso das populações rurais pobres (*rural poors*) ao mercado capitalista e mantêm sua dependência dos supermercados e das firmas agroalimentares, já não como produtores, mas como consumidores” (SABOURIN, 2007).

Outro indicador neste processo de formulação da política foi a escolha do formato do programa de agroindustrialização a partir da consulta a organismos sociais. O modelo de *multiplestreams* aponta que, enquanto alguns atores são influentes na definição da agenda governamental (como vimos, no caso do TerraForte o MST teve um papel fundamental), outros exercem maior influência na definição das alternativas (*decision agenda*). O primeiro grupo de participantes é composto por atores visíveis, que recebem considerável atenção da imprensa e do público; no segundo grupo estão os participantes que formam comunidades nas quais as ideias são geradas e postas em circulação (*policy communities*). Neste sentido, identificamos como fundamental a atuação da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários UNISOL Brasil, que foi consultada na fase de formatação da proposta e foi responsável por dotar o programa de uma característica de ser dirigido aos empreendimentos da economia solidária. Assim, “embora a mudança na agenda seja resultado da convergência dos três fluxos, a oportunidade para que esta mudança se processe é gerada pelo fluxo de problemas e pelo fluxo político e dos eventos que transcorrem no interior desse processo. Por outro lado, a rede de soluções, embora não exerça influência sobre a formação da agenda governamental, é fundamental para que uma questão já presente nessa agenda tenha acesso à agenda decisional” (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2006). E é neste momento que se verifica uma confluência entre as temáticas agroindústria familiar e economia solidária.

Historicamente, as atividades ligadas à economia solidária e, mais recentemente, ao cooperativismo de caráter popular, estiveram voltadas à ações de resistência junto aos movimentos sociais, na manutenção das condições de existência dos integrantes dos empreendimentos, sem, no entanto, avançar em termos de desenvolvimento de suas forças produtivas, estando no interior de cadeias produtivas tradicionais, com produção econômica relativamente tímida e, ato contínuo, sujeitas às relações de poder econômico nas estruturas de mercado monopsônicas e/ou monopólicas.

Esta fragilidade dos empreendimentos se transcreve na pouca incorporação de instrumental de gestão e de execução da produção que lhes propicie, por exemplo, internalizar as etapas dos processos produtivos, vindo a suprimir a figura tradicional do atravessador. A incorporação de estrutura física de produção para aumentar a densidade de elaboração da produção, elevando a agregação do valor do seu trabalho aos produtos, combinada com uma gestão administrativa que incorpore um maior poder de negociação a jusante e a montante nas cadeias produtivas, podem ocasionar um maior empoderamento dos empreendimentos, que, a partir de então, podem delinear a intercooperação, a formação de associações, cooperativas de segundo e terceiro grau, deixando de se submeter totalmente às relações assimétricas das cadeias produtivas tradicionais, constituindo cadeias produtivas mistas e, no limite, cadeias produtivas solidárias, integradas entre empreendimentos solidários, compartilhando o trabalho associado.

A implantação de agroindústrias é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Oportuniza a inclusão social, a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente entre mulheres, os idosos e os jovens. No interior das cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária no campo, a agroindustrialização está colocada como uma etapa de amadurecimento das iniciativas econômicas que tiveram início com a conquista da terra, assentamento de famílias, produção inicial para subsistência, produção direcionada para formação de excedente para comercialização, chegando à etapa agroindustrial para maior agregação de valor à produção coletiva.

Em Pimentel (2004); Eid e t al (2006); Severino, 2006; Vazzoler (2004); Chiariello (2008); Christofolli (1998) esta transição da produção agrícola para a produção agroindustrial é apresentada como um processo de aprendizado, com avanços e retrocessos, pois adentrar nas estruturas de mercado para competir com empresas tradicionais levaram as cooperativas populares e os empreendimentos solidários no campo a um tensionamento. Por um lado havia a necessidade de habilitar os trabalhadores associados a novas práticas produtivas, manuseio

de novo ferramental, máquinas e equipamentos não usuais de seu cotidiano na execução das tarefas produtivas. Por outro lado, a urgência em fazer a gestão do empreendimento, basicamente incorporando as funções compras, processamento e vendas, ou seja, ligando o empreendimento às cadeias produtivas, demandou um aprimoramento das técnicas de gestão, manuseio também de instrumentos tecnológicos e relacionais para inserção nos mercados. Este processo, como sublinham os autores supracitados, demarcou o avanço de grande número de empreendimentos cooperativos nas atividades produtivas, mas também demarcou o esfacelamento de outras organizações de produção coletiva.

Neste sentido, é plenamente compreensível o empenho da UNISOL em desenhar o programa de agroindustrialização familiar especialmente voltado às cooperativas populares, uma vez que a adesão destas a uma política pública nos moldes do Programa Terra Forte, pode sinalizar a superação de uma etapa de aprendizado organizacional por parte das cooperativas populares e empreendimentos solidários no campo, potencializando as experiências obtidas ao longo de suas trajetórias, culminando com o fomento ao desenvolvimento de suas forças produtivas elevando seu poder de atuação nas cadeias produtivas e vislumbrando a intercooperação.

### **III - A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA TERRA FORTE: A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NO HORIZONTE DAS COOPERATIVAS POPULARES**

Após estabelecido o tema agroindustrialização na agenda governamental, ter sido escolhida a opção pelo fomento aos empreendimentos solidários na formulação da política pública, finalmente a mesma foi implementada, a partir de uma arquitetura inovadora, que culminou no lançamento do Programa Terra Forte em fevereiro de 2013.

O Programa Terra Forte do Governo Federal, tem por objetivo financiar a implantação e a modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária, no valor total de R\$ 300 milhões, aplicados especialmente em cooperativas populares que utilizam trabalho associado. O Terra Forte visa capacitar os trabalhadores associados para atividades de execução e gestão da produção e dos canais de distribuição, agregando valor à produção coletiva, internalizando os elos das cadeias produtivas, para apropriação da riqueza gerada em uma autogestão plena.

O programa terá a *vigência* de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período a critério dos parceiros. Em termos de valores, serão investidos R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 milhões do BNDES, R\$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil e R\$ 130 milhões dos

demais parceiros (BB, MDA, MDS, INCRA e CONAB), a serem aplicados no decorrer de 5 anos (investimento anual de R\$ 60 milhões).

Os *beneficiários* diretos do programa são basicamente as famílias de trabalhadores rurais assentadas em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, regularmente cadastradas no órgão e organizadas em cooperativas ou associações. Os investimentos serão realizados em favor de cooperativas/associações de produção e/ou de comercialização.

A *governança* do programa é elaborada por dois Comitês Gestores: Comitê Nacional (estratégico) e Comitê de Investimentos (operacional). Em agosto de 2014 teve fim a etapa de seleção dos projetos. Ao todo, serão financiados 32 projetos em todas as regiões do país. Dos selecionados, 11 receberão recursos superiores a R\$ 3 milhões.

Em termos de *arquitetura* dos projetos submetidos à seleção para serem contemplados pelo programa, são necessárias uma série de correspondências em relação às exigências técnicas, entendidas enquanto fatores determinantes para o sucesso dos empreendimentos e que devem ser abordados adequadamente, no âmbito das políticas públicas, entre os quais se destacam: estudos de viabilidade na implantação de plataformas agroindustriais; economia de escala na comercialização e/ou adequação ao mercado; a disponibilidade de matéria-prima, a mão-de-obra, o capital e os equipamentos e instalações; a padronização e a qualidade dos produtos; a continuidade da oferta; a capacidade gerencial em todas as etapas do processo produtivo; o processo de organização; a disponibilidade de infraestrutura pública; a adequação e/ou o conhecimento das legislações sanitária, tributária, ambiental, previdenciária e trabalhista; e o suporte creditício para a estruturação produtiva e o capital de giro. Além das ações referentes aos estudos, planos e propostas de projeto, as equipes técnicas também deverão acompanhar a fase de elaboração do projeto básico contratado, de forma a redimensionar as informações obtidas nos dados e levantamentos de campo, buscando um nível de detalhamento aprofundado da real situação e da real possibilidade dos grupos e da viabilidade da implementação/construção e/ou modernização e ampliação do parque agroindustrial.

Um aspecto importante a destacar são condicionantes que foram inseridos no programa, tais como a obrigatoriedade de que no mínimo 70% da matéria prima da agroindústria seja oriunda da própria agricultura familiar, no sentido de gerar canais de comercialização em nível local e/ou regional para esses produtos, o incentivo à produção agroecológica e, em especial, à equidade de gênero. Quanto mais mulheres registradas na

cooperativa, bem como em suas atividades diretivas, mais chances o projeto tem de ser aprovado. Isso porque a esfera da produção da agroindústria familiar reserva um lugar extremamente importante para as mulheres agricultoras. De acordo com Guivant (2003 apud MIOR, 2010) “a estratégia de agregação de valor frequentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para a agricultura familiar. Esta re-divisão interna de trabalho da família rural se transforma num dos principais trunfos para o sucesso da agroindústria familiar”.

Após o processo de seleção e qualificação das propostas/projetos, no âmbito dos estudos técnicos preliminares, o desenvolvimento das atividades iniciais dos projetos se dará como segue: Encontros iniciais de mobilização e sensibilização das famílias; Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação das ações; Diagnóstico sócio produtivo e econômico - coleta e pesquisa de dados primários e secundários, aplicação de questionários e entrevistas com famílias, movimentos sociais e sindicais; Estudo e elaboração de plano estratégico com foco na cadeia produtiva para subsidiar a elaboração de projetos agroindustriais e estudo de mercado; Elaboração de proposta de projeto de agroindústria; Encontro para socialização de dados, informações, problemáticas e demandas levantados, com a comunidade e os diversos agentes – governamentais e não governamentais, servindo como uma validação preliminar; Capacitações: organização da cadeia produtiva, gestão, cooperação agrícola, processos agroindustriais, gestão financeira e fluxos, pessoal, marketing e comercialização; Oficinas com agentes de ATER; Oficina de desenvolvimento de indicadores e avaliação de processos e resultados; Articulação, junto ao poder público, visando a inserção das comunidades assentadas nas diversas políticas públicas de incentivo à comercialização – PNAE, PAA; Atividades aderentes às ações do núcleo operacional de ATER local, caso esteja sendo ofertado os serviços, bem como atividades diversas, ligadas ao processo de estruturação das agroindústrias, que envolvam a equipe técnica daquele Núcleo – reuniões, levantamentos de dados, socialização de informações, etc.

As ações junto ao público beneficiário serão: Reuniões com as famílias assentadas; Reuniões/capacitações com dirigentes e quadro de sócios das cooperativas e/ou associações; Capacitações/cursos/oficinas com os agentes de ATER locais, responsáveis pelo acompanhamento direto às famílias; Reuniões com parceiros estratégicos – CONAB, INCRA, MDA, núcleos operacionais de ATER, Universidades, órgãos de controle



ambiental, prefeituras, secretarias municipais e estaduais, empresas estaduais e assistência técnica, comércio local, escolas, etc.

No campo da *operacionalidade dos projetos*, as equipes técnicas terão a responsabilidade de promover as seguintes ações: Acompanhamento nos processos de produção – recepção de matéria-prima, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização da produção, dentro dos princípios de boas práticas de fabricação e higiene sanitária; Apoiar o cumprimento de condicionantes ambientais e sanitários para obtenção de registros e certificados; Apoio ao gerenciamento nos aspectos organizativos, contábeis e financeiros; Estabelecer processos de avaliação visando incrementos da produtividade e sua sustentabilidade; Apoio na divulgação do “protocolo assinado” (contrato); Prospecção/incorporação de novos parceiros e associados/cooperados; e Divulgação dos produtos e investigação de “nichos” de mercados.

As dimensões do desenvolvimento das atividades iniciais dos projetos, das ações junto ao público beneficiário e daquelas voltadas para operacionalidade dos projetos se apresentam de forma consecutiva, mas sua interdependência é essencial para a consecução dos resultados esperados. Em outras palavras, a expectativa de verificação dos resultados inicialmente apresentados passa pelo arranjo conjunto já no começo das atividades, amparado pelo preparo dos trabalhadores associados em recepcionar as atividades produtivas, que por sua vez devem ser articuladas operacionalmente de maneira a otimizar recursos, atuando com eficiência para atingir um nível aceitável de eficácia. Daí a pertinência que estas dimensões não sejam estanques, mas que se envolvam dialeticamente ao longo do processo formativo-produtivo.

Um aspecto a ser destacado é justamente a participação dos trabalhadores associados na elaboração, montagem e condução do projeto. Entende-se que a elaboração de um projeto de agroindústria, para agricultores familiares cooperados, deve representar muito mais do que a elaboração de um produto final (relatório), apenas com o objetivo de acessar um empréstimo. É essencial que o processo de concepção se constitua em um processo de formação/capacitação para os participantes. Neste sentido, o ‘tempo’ de implementação deste tipo de política pública difere do ‘tempo’ de uma linha de crédito ou de fomento usuais, não pautado exclusivamente o ciclo do produto/negócio ou na maturação do investimento. Trata-se, pois, de um horizonte de certa forma novo para estes sujeitos do processo, que podem assimilar a formação e o aprendizado ao longo da construção do projeto vindo a dar suporte para a tomada de decisão a partir da implementação do projeto, mas que devem viabilizá-lo para além do curto prazo, vislumbrando sua perenidade e, ato contínuo, a permanência dos

trabalhadores associados em uma ação coletiva.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Programa Terra Forte, nos moldes em que foi definido, formulado e implementado, representa um importante fomento às agroindústrias familiares, aliado à uma ótica de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e de fortalecimento de empreendimentos coletivos e solidários.

A consolidação desta política depende de um conjunto de capacidades de natureza diversa e associada a responsabilidade de atores diferentes no interior da rede, tais como: capacidades instaladas, como as instalações, equipamentos, mão-de-obra e conhecimento inter-geracional disponível a cada família envolvida; capacidades mobilizáveis, desde a experiência na atividade de comercializar (MIOR, 2010), passando por recursos ou capital social, incluindo o círculo de confiança frente aos consumidores (credibilidade), laços comunitários, habilidade de gestão e as experiências associativas que podem representar potencial de ação coletiva (SILVEIRA et al, 2009), ou seja, também de novas capacidades a serem adquiridas, aprimoradas e adicionadas.

É fundamental o enraizamento desta política, no sentido de que limites orçamentários e políticos não possam afetar a durabilidade desse programa, e que o mesmo não tenha apenas um caráter conjuntural, ou seja, dependente de um governo, mas sim que seja permanente e estrutural, uma vez que o empoderamento que a agroindustrialização fomentada pelo Programa Terra Forte pode aportar aos pequenos agricultores que atuam de forma coletiva vai de encontro com uma política pública que retrate o enfrentamento das questões seculares ligadas à agricultura familiar no Brasil.

Há um discurso capcioso de que os pequenos produtores são hábeis e aptos para executarem as atividades produtivas primárias, a produção de artigos de primeira ordem, mas que a elaboração desta produção primária, seu beneficiamento e conseqüente agregação de valor, a comercialização, enfim, a gestão do negócio, devem ser delegados a outros atores, dotados de capacidade científica e negocial para ‘tocarem’ o negócio. Este discurso dá ensejo à atuação dos atravessadores, dos monopólios e monopsônios ao longo das cadeias produtivas, levando à assimetria de poder de negociação, e relegando aos produtores uma fração ínfima do valor da produção, restando frustração e angústia como desdobramento do resultado operacional.

Compreende-se, por fim, que esta política pública, o Programa Terra Forte, a consecução dos projetos apresentados e selecionados, ultrapassam a proposição de um compêndio de relatórios técnicos, ou de cálculos de viabilidade econômica, pois trata-se de um conjunto de ações no âmbito de uma grande política, que se levados a cabo, com a seriedade e organização requeridas, pode propor uma alteração no panorama das relações de poder no campo, o que lhe conferirá um caráter participativo e emancipador.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.M.; BERGAMASCO, S.M.; FERRANTE, V.B.; PAULILLO, L.F; Modelo de Investigação das Redes de Segurança Alimentar Baseadas na Agroindustrialização da Agricultura Familiar em Assentamentos Rurais. Congresso SOBER, Rio Branco, Acre, 2008.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2001.pp.35-48.
- CAPELLA, A.C.N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.
- CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.
- CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D..(Org.). A outra economia. Porto Alegre: Verraz Editores, 2003. pp.88-95.
- CHIARIELLO, C. L.Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- CHRISTOFFOLI, P. I. Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do M.S.T.. São Leopoldo: UNISINOS - Curso de especialização superior em cooperativismo, Monografia, 1998.
- DAGNINO, E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.
- Edital INCRA/DD/DDA Nº 01/2013. Seleção Pública de Pré-Projetos de Apoio a Agroindustrialização e à Comercialização em Assentamentos da Reforma Agrária.
- EID, F; GALLO, Ana Rita; PIMENTEL, Andréa Eloisa B.. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. In: Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 7., 2001, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABET, 2001. pp.1-20.
- EID, F.; PIMENTEL, Andréa E. B.; SEVERINO, Maico Roriz; SANTOS, Clarice dos. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do M.S.T.. In: Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. 2006. Quito. Anais...Quito: ALASRU, 2006.
- FAO, IFAD and WFP. 2014. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.
- FGV/IBRE. Quem produz o que no campo: quando e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões. Brasília: CNA, 2010. 192 p. Disponível em <http://www.canaldoprodutor.com.br/biblioteca/pesquisas>.
- FRANÇA FILHO, G. C.. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados. Salvador: pp.9-19, 2002.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 20 de abril de 2006.

KINGDON, John. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 3. Ed. New York: Harper Collins, 2003.

MARQUES, V.P.M.A.; FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.E. A agricultura familiar faz bem ao Brasil.

MIOR, L.C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. Trabalho apresentado no I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Publicado em Vieira et al. orgs., Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis, APED, 2010.

PIMENTEL, A. E. B. Assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais. São Carlos: UFSCar – Departamento de Engenharia de Produção, Tese de Doutorado, 2004.

Portaria Incra 414/2014, publicada no DOU de 01/08/2014.

Portaria Interministerial n. 52 de 05 de Novembro de 2013.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SEVERINO, M. R. Organização e processos de trabalho em cooperativas do M.S.T.: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária. São Carlos: UFSCar – Departamento de Engenharia de Produção, Dissertação de Mestrado, 2006.

SILVEIRA, P.R.C.; GUIMARÃES, G.M. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: Indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas.

SINGER, P. I. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SINGER, P. I. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VAZZOLER, M. R. Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do M.S.T. no contexto capitalista. São Carlos: UFSCar – Departamento de Engenharia de Produção, Tese de Doutorado, 2004.

WESZ J. V.J. Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar no Brasil: Uma análise a partir do Approche Séquentielle. 48º. Congresso SOBER, Campo Grande, MS, 2010.